

## CASO VICKY HERNANDEZ Y OUTRAS VS. HONDURAS

Thiago Rodolfo Pires, UNESPAR PPGSeD - Campo Mourão

### Introdução

É importante reconhecer a existência da discriminação e do racismo institucional enquanto práticas deletérias historicamente arraigadas e ainda existentes na cultura brasileira. Trata-se de práticas nefastas, que são perpetuadas, de forma reiterada, no âmbito das relações sociais, dentre elas na área do trabalho. Importante ressaltar que a discriminação e o racismo institucional vão de encontro à direção normativa antidiscriminatória disposta no texto constitucional e ao patamar mínimo civilizatório de direitos, por ofender, de maneira contundente, os direitos fundamentais e humanos.

### Materiais e métodos

No que toca à metodologia adotada, adota-se uma pesquisa interdisciplinar de natureza quanti-qualitativa e interpretativa, calcada em uma ótica eminentemente transversal na análise dos fenômenos sociais, para compreendê-los não de modo estanque e segmentado, mas sim de uma maneira holística ao considerar também o enfoque sócio-histórico e cultural adjacente ao tema. Assim, nos escoramos na perspectiva jurídica alicerçada na metodologia social de análise da linguagem, com estreito imbricamento com a ciência do Direito. Com efeito, foi realizada uma acurada revisão bibliográfica acerca de conceitos chave para este trabalho. Em seguida, pesquisou-se a base normativa e principiológica pátria que gravitam em torno do tema, bem como se adentrou ao Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos, com a análise do entendimento exarado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

### Resultados e Discussão

Com relação especificamente ao **caso Vicky Hernandez y Outras vs. Honduras** refere-se à condenação do Estado de Honduras pelo homicídio de

Vicky Hernández, uma mulher trans trabalhadora sexual, que foi assassinada em 2009, em Honduras. Os juízes da Corte constataram que houve a participação de agentes estatais na morte de Vicky e não houve a devida punição aos autores do crime. Assim, foram violados os direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica e à não discriminação e à identidade de gênero. **O caso Vicky Hernandez y Outras vs. Honduras** demonstra que foi necessário que a jurisprudência da Corte IDH reconhecesse a aplicação da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra mulher - 1994 às mulheres trans, uma vez que ausente previsão normativa expressa nos diplomas internacionais. Além disso, representa uma oportunidade para que os países americanos avancem nas políticas públicas destinadas à população trans, historicamente negligenciada e excluída do direito ao trabalho.

### Considerações finais

Constata-se que, ainda, não existe, na prática, condições de isonomia real ou substancial da minoria trans em relação às pessoas cis, o que reflete, invariavelmente, em múltiplas negações de oportunidades sociais, tais como, o acesso igualitário e equânime, no recorte de gênero, ao direito social ao trabalho a esse grupo vulnerável.

### Referências

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 29 maio. 2022.

CADH. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Disponível em: [https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm). Acesso em: 29 maio. 2022.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Sentencia de 26 de marzo de 2021. Vicky Hernández y Otras vs. Honduras. 26 mar. 2021. Disponível em: [https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen\\_422\\_esp.pdf](https://corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/resumen_422_esp.pdf). Acesso em: 30 jul. 2024

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Parecer Consultivo OC-24/17 de 24 de novembro de 2017* solicitado pela República da Costa Rica

Identidade de Gênero, Igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo.  
Disponível em: [https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea\\_24\\_por.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_24_por.pdf).  
Acesso em: 29 maio. 2022.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano/ Flávia Piovesan; prefácio de Celso Lafer. - 9. ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos/ André de Carvalho Ramos. - 7. ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2020.